

Juro básico do país • Notícia

Copom eleva a Selic para 10,75% ao ano

Esse é o primeiro acréscimo na taxa desde agosto de 2022. Alta ocorre em meio à preocupação com alta da inflação, com previsão de pressão nos preços em ambiente de estiagem, queimadas e crescimento da economia acima do esperado

18/09/2024 - 18h45min

Atualizada em 18/09/2024 - 23h29min



ANDERSON AIRES



Decisão foi anunciada no fim da tarde desta quarta-feira.

Marcello Casal Jr / Agência Brasil / Divulgação

Após dois anos, o juro básico do país voltou a subir. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou, nesta quarta-feira (18), a Selic em 0,25 ponto percentual. Com isso, a taxa sobe de

10,5% para 10,75% ao ano. Esse é o primeiro acréscimo no juro desde agosto de 2022. Portanto, a primeira alta de juro no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O aumento já era esperado pela maior parte do mercado. Crescimento da economia acima das expectativas, previsão de inflação elevada e necessidade de reforçar credibilidade na política monetária são alguns dos motivos que explicam esse viés de alta, segundo especialistas.

A decisão foi unânime no comitê. No comunicado que acompanha a deliberação, o órgão destaca a tração da economia no país e o momento atual do mercado de trabalho, que segue apresentando dados positivos:

“O cenário, marcado por resiliência na atividade, pressões no mercado de trabalho, hiato do produto positivo, elevação das projeções de inflação e expectativas desancoradas, demanda uma política monetária mais contracionista”.

O Copom deixou em aberto nova elevação na próxima reunião, que será realizada novembro, assim como o patamar de alta. Segundo o colegiado, isso vai depender da dinâmica de inflação.

O **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**, afirma que a nota do Copom deixa claro que a entidade avalia que o salto na atividade econômica atingiu um patamar que acende alerta para a inflação futura:

— Ele (Copom) não quis dar um choque agora porque não tem essa necessidade, ele precisa ajustar o crescimento econômico às expectativas de inflação. Isso fica muito claro. Há resiliência na atividade econômica, que também ficou muito claro com o resultado do PIB surpreendente. Perdemos aquele benefício que nós tínhamos do hiato do produto. O hiato do produto virou positivo, ou seja, agora a gente não consegue mais crescer sem gerar inflação.

O especialista afirma que o posicionamento também tem uma sinalização na linha de que a entidade segue vigilante e comprometida com a estabilidade monetária, com a inflação no centro e, principalmente, com a autonomia do Banco Central. **Agostini** destacou o monitoramento do órgão no âmbito fiscal:

— Outro motivo que levou o Banco Central a ter essa postura é que a política fiscal expansionista, ou seja, os gastos do governo acima da capacidade de arrecadação, tem exigido esse esforço extra do Banco Central para controlar a inflação, que é elevar os juros.

Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor-executivo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), afirma que o BC analisa dois movimentos distintos. Em uma ponta, juros caindo nos Estados Unidos e deflação recente criam ambiente para manutenção do juro no nível atual. No entanto, na outra extremidade, fatores como estiagem e impacto nos custos de energia pesam mais no lado pela elevação da Selic, segundo Ribeiro:

— A tendência é de que aumente a energia por conta da estiagem. Tem também a questão das queimadas, que vai reduzir a área plantada e isso pressiona preços. Então, isso vai fazer com que a inflação para frente seja maior. Temos outro fator recente, que foi o PIB vindo mais forte do que estava imaginado. Se a economia cresce mais, significa dizer que a demanda cresce e a oferta menor vai pressionar preços.

Repercussão no setor produtivo

Em nota, a Fiergs informou que a elevação da Selic reflete a “necessidade de controlar o aumento das expectativas de inflação e a pressão cambial recente”. No entanto, destaca que essa ação afeta o crédito necessário para a recuperação da indústria após a enchente no Estado.

“Embora compreendamos a importância de manter a inflação dentro da meta, essa elevação agravará os desafios do setor produtivo, especialmente para as indústrias do Rio Grande do Sul, nesse cenário de retomada da atividade. Esperamos que o compromisso firme com as metas fiscais e a melhora do cenário externo criem condições que viabilizem a queda dos juros nas próximas reuniões”, afirmou o presidente da Fiergs, Claudio Bier.

O presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, afirmou, em comunicado, que “não aumentar a taxa de juros nesse momento poderia custar credibilidade ao Banco Central, com impactos altistas sobre a própria trajetória futura dos juros”.

“No entanto, vale destacar nosso descontentamento. Talvez não estivéssemos vivenciando essa situação se as contas públicas fossem mais equilibradas, isto é, se houvesse uma dinâmica menos intensa do gasto público. No RS, esse aumento da taxa de juros tem impacto especialmente danoso. O processo de recuperação e de reconstrução se move a crédito, e crédito mais caro faz toda a engrenagem rodar mais devagar”, diz Bohn em trecho da nota.